Journal of Tourism & Development | n.º 36, vol. 2 | 2021 | [185 - 199]
DOI: 10.34624/rtd.v36i2.10493
e-ISSN 2182-1453

Análise quantitativa da **oferta e procura na hotelaria** e **turismo rural** na Região Viseu Dão Lafões

Quantitative analysis of **hospitality and rural tourism supply and demand** in Viseu Dão Lafões Region

MARIA LÚCIA PATO * [mljesus@esav.ipv.pt]

CARLOTA LEMOS ** [carlemos@esav.ipv.pt]

MANUEL BRITO *** [mbrito@esav.ipv.pt]

Resumo | Numa altura em que se apela à diversificação crescente do turismo e procura de alojamentos integrados nos locais de destino, este trabalho procura compilar uma análise quantitativa da oferta de empreendimentos turísticos, em particular da Hotelaria e Turismo no Espaço Rural. A análise centra-se na Região Viseu Dão Lafões, uma região interior que tem procurado afirmar-se em termos turísticos, revelando um crescimento da atividade turística em relação à restante Região Centro no período em análise de 2014 a 2018. Os dados deste estudo foram obtidos a partir do Instituto Nacional de Estatística. Os resultados sugerem que, o alojamento proporcionado na modalidade de Turismo no Espaço Rural/Turismo de Habitação é preponderante para o desenvolvimento socioeconómico da maioria dos concelhos da região. No entanto, estas modalidades, em relação aos estabelecimentos hoteleiros, estão associadas a menor capacidade de alojamento, número de hóspedes, número de dormidas e taxa líquida de ocupação-cama. Usaram-se SIG como ferramenta de visualização espacial de alguns resultados.

Keywords | Indicadores de turismo, alojamento turístico, estabelecimentos hoteleiros, Turismo no Espaço Rural, Viseu Dão Lafões

Abstract | At a time that calls for tourism diversification and integrated accommodation, this work aimed to perform a quantitative analysis of tourism enterprises, particularly in Hotels and similar establishments and Rural Tourism. The analysis focused on Viseu Dão Lafões Region, an inland region that has sought to assert itself in terms of tourism, revealing a growth in tourist activity compared to the remaining Centro Region in the period under review, 2014-2018. Data was obtained from the National Institute of Statistics. Our study suggested that, the accommodation provided in the Rural Tourism/

* Centro de Investigação CERNAS-IPV, Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
** Instituto Politécnico de Viseu, Portugal
*** Instituto Politécnico de Viseu, Portugal

Housing Tourism modality is preponderant for the socio-economic development of most municipalities in the region. However, these modalities, in relation to Hotel establishments, were associated with lower accommodation capacity, fewer guests, fewer overnight stays and lower net bed occupancy rate. We used GIS as spatial visualization tool of some results.

Keywords | Tourism indicators, tourist accommodation, hotel establishments, Rural Tourism, Viseu Dão Lafões

1. Introdução

O impacto económico e social do turismo em Portugal é hoje uma realidade inquestionável (Daniel, Costa, Pita & Costa, 2017). Recentemente o setor ficou mesmo assinalado por resultados extraordinários nos principais indicadores: dormidas, receitas, hóspedes, emprego e exportações (TP, 2017). Além disso, o crescimento do turismo tem-se manifestado em todas as regiões do país e ao longo do ano, produzindo um desejável efeito de desenvolvimento, particularmente nas regiões mais rurais e interiores do país (TP, 2017).

Muito devido às potencialidades do turismo nessas regiões, ao alinhamento entre políticas estratégicas e alguns empreendedores, nos últimos anos tem emergido uma série de produtos turísticos que poderão contribuir para o desenvolvimento sustentável das mesmas. Destaca-se neste universo de produtos turísticos, o turismo rural que, como referem Kastenholz, Eusébio e Carneiro (2018), pode contribuir para o desenvolvimento sustentável das regiões visitadas, mas a realização desse potencial depende em grande parte do tipo de visitantes, dos seus comportamentos e atitudes.

Com efeito, a pretexto da valorização do património cultural das regiões, sobretudo das localizadas no interior do país e da oferta aos turistas de um produto diferenciado dos demais, o Turismo no Espaço Rural (TER) é criado em Portugal em 1986, com três modalidade – Turismo de Habitação (TH), Agro-Turismo (AG) e Turismo Rural (TR) (DL n.º 256/86 de 27 agosto). Passados poucos mais de 10 anos, as questões com o desenvolvimento rural foram formalmente assumidas pelo governo português ao integrar no TER as atividades de animação e diversão turística que contribuam para a divulgação das características e tradições das regiões – património natural e paisagístico, itinerários temáticos, gastronomia e tradições das regiões (Pato, 2012). Está em causa um turismo individualizado, de escala humana, bem integrado nos locais de destino, de estrutura familiar, apelando também à sustentabilidade da própria atividade turística (Lane, 2017; Ramos, Costa & Teles, 2018).

Contudo, a observar pelas estatísticas nacionais, o TER ocupa ainda um lugar modesto no panorama nacional. Em 2018, a capacidade de alojamento (número de camas, considerando como duas as camas de casal) do TER e TH (TERTH) era apenas de 7,5% em relação à hotelaria e a procura pelo TERTH rondava apenas os 4,2% no que se refere à hotelaria (INE, 2019).

Não obstante, os esforços para diversificar o turismo nacional, a situação vivenciada na Região Viseu Dão Lafões (RVDL), uma região rural por excelência, é idêntica ao panorama descrito. Pese embora, o número de empreendimentos de TERTH e respetiva capacidade de alojamento tenham tido uma evolução positiva nos últimos anos, nota-se uma menor capacidade de alojamento e um menor número de hóspedes e de dormidas destes empreendimentos em relação à hotelaria.

Face a esta realidade, ao contexto rural da RVDL e a todas as valências turísticas que a re-

gião encerra, a pergunta de partida para a presente investigação é: Qual é a dinâmica da oferta e procura dos estabelecimentos hoteleiros e TERTH na RVDL? O propósito deste artigo é caracterizar a oferta e procura da região, nomeadamente em termos de alojamento turístico, comparar indicadores de turismo de alojamento de hotelaria e de TERTH, verificar a existência de possíveis correlações entre indicadores e disparidades entre municípios na perspetiva dos indicadores selecionados, bem como mapear alguns resultados obtidos.

O artigo está estruturado em 5 secções. Para além da introdução (secção 1), na secção 2 apresenta-se a contextualização teórica do estudo, destacando-se a construção e desenvolvimento do TER em Portugal e o seu contributo para o desenvolvimento sustentável de comunidades rurais. Segue-se a secção 3 com a apresentação da região em estudo e a descrição dos procedimentos metodológicos. Na secção 4 apresentam-se os resultados e discussão do estudo, seguida das conclusões, limitações do estudo e pistas para pesquisas futuras (secção 5).

2. Contextualização teórica

2.1 Construção e desenvolvimento do turismo no espaço rural em Portugal

Com a democratização do turismo (Cunha, 2006) e em consequência dos problemas causados pelo turismo de massas (Weaver & Jin, 2016), tem ocorrido uma diversificação de destinos e procuras turísticas (Sharpley & Vass, 2006; Su, 2013). De entre essas procuras turísticas salienta-se a procura pelas áreas rurais. Com efeito, estas áreas em muitos países ocidentais, incluindo Portugal, têm sido gradualmente transformadas de locais de produção em locais de consumo, onde as atividades recreativas e o turismo têm um papel importante no desenvolvimento socioeconómico local (Eusébio, Carneiro, Kastenholz, Figueiredo, & Soares da Silva, 2017). Em Portugal, a procura pelo espaço rural manifesta-se sobretudo ao nível dos espaços mais remotos ou periféricos do país, que são também os mais autênticos e capazes de preservar as características ambientais e culturais desses lugares (Figueiredo, Kastenholz, & Lima, 2013). Eusébio et al. (2017) referem que na base desta procura estão razões relacionadas com o descanso, apreciação da paisagem, contacto com a natureza, enriquecimento cultural e visita às aldeias históricas, apreciação da gastronomia local, visita a monumentos, participação nas atividades económicas locais ou participação em rotas de vinhos, entre outras.

A pretexto da diversificação do turismo em Portugal, da recuperação dos patrimónios arquitetónicos rurais, associando o alojamento às tradições e envolvente rural, na tentativa de aumentar o rendimento económico e qualidade de vida das populações rurais (Pereiro, 2018), o espaço rural foi oficialmente consagrado como espaço de turismo ainda na década de oitenta com a criação do "turismo no espaço rural" (Pato, 2015a). O produto turístico foi definido como *"a atividade de interesse para o turismo, com natureza familiar, que consiste na prestação de hospedagem em casas que sirvam simultaneamente de residência aos seus donos"* ou representantes (DL n.º 256/86 de 27 agosto). Com três modalidades apenas – TH, TR e AG – o produto turístico disseminou-se rapidamente por todo o território nacional e passados pouco mais de dez anos as questões com o desenvolvimento rural foram formalmente assumidas pelo governo português, ao incorporar no produto turístico as casas de campo (CC) e o turismo de aldeia (TA) (Pato, 2015a). Com efeito a legislação da década de noventa (DL n.º 169/97 de 4 de julho) enfatiza o propósito de revitalizar e desenvolver o tecido económico rural, contribuindo para o incremento do rendimento das populações rurais, aumentando a oferta de emprego e diminuindo o êxodo rural. A legislação referida abre ainda as

portas à animação turística de carácter tradicional e rural a proporcionar pelo produto turístico, nomeadamente o património natural, paisagístico e cultural, os itinerários temáticos, a gastronomia, o artesanato, o folclore, a caça, a pesca, os jogos e os transportes tradicionais das regiões rurais. A alteração mais recente e profunda da legislação do TER deu-se há pouco mais de dez anos, com o DL n.º 39/2008 de 7 de março. O TH deixa de fazer parte do TER, passando o produto turístico a incorporar apenas os empreendimentos de CC, AG e hotéis rurais (HR). No entanto, dada a sua ligação histórica ao produto turístico, quer as estatísticas nacionais, quer vários estudos acerca da temática (e.g. Dinis, Simões, Cruz, & Teodoro, 2019; Pato, 2019), incluem comumente o TH como parte integrante dos empreendimentos de TER quando esses se localizam nos espaços rurais.

Não obstante, com a ascensão tecnológica verificada nos últimos anos, designadamente Internet das Coisas (IoT), inteligência artificial (AI), blockchain, aplicações inteligentes, cibersegurança, chatbots, realidade virtual (VR) e realidade aumentada (AR), tem-se assistido a uma rápida transformação digital na maioria das áreas e, em particular, a um posicionamento da indústria do turismo de forma a poder beneficiar das novas oportunidades. Sendo certo que, a maioria das soluções requerem investimentos substanciais e contratação de profissionais para as introduzir, usar, manter e desenvolver, as regiões rurais dos países da União Europeia (UE) têm a oportunidade de implementar algumas das soluções em projetos cofinanciados por fundos dedicados às áreas rurais. São disso exemplo, o financiamento, pelo Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, da banda larga e conetividade, crucial na digitalização de áreas rurais, assim como a iniciativa *Smart Villages*, para apoio, nomeadamente a novas oportunidades para cadeias de valor rurais e melhoria da utilização dos recursos e da qualidade e padrão de vida (European Comission, 2018).

2.2 Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Rurais

Desde a década de oitenta, tem-se considerado o turismo como um meio efetivo de desenvolvimento socioecónomico e de regeneração das áreas rurais de diversos países europeus e não-europeus (Saxena & Ilbery, 2008), particularmente em regiões menos centrais e mais periféricas, onde o surgimento de novos setores não foi capaz de superar a redução das oportunidades económicas das comunidades rurais, o declínio do serviço público e deficits ao nível de vários serviços (Dinis et al., 2019). Com efeito, de entre as estratégias de desenvolvimento aconselhadas para essas regiões, o turismo tem sido apontado, muitas vezes, como a prescrição obrigatória ou a panaceia de qualquer plano de desenvolvimento rural (Eusébio et al., 2017; Ribeiro, 2003; Ribeiro & Marques, 2002). A atividade é vista não só como fator de revitalização do tecido económico e social e, como tal, uma oportunidade de promoção do desenvolvimento destes territórios, mas também como um meio privilegiado de promoção dos recursos existentes (Pato, 2015b). Os seus efeitos serão tanto mais fortes quanto mais se conseguir ligar toda uma série de atividades que dela são tributárias e que com ela interagem – artesanato, produção e venda na exploração de produtos agrícolas, comércio local, animação turística, transportes, gastronomia, entre outras (DGADR, sd), sem esquecer a população que vive nas comunidades rurais, fulcral em todo o processo de desenvolvimento turístico (Middleton & Clarke, 2001; Pato, 2016; Cornell, Tugade & De Sagun, 2019).

O turismo rural pode ser considerado como o turismo que ocorre numa zona periférica, rural, associado a um lugar ou povoação, mas o impacto da sua atividade turística não se limita a essa povoação ou ao concelho onde se integra (Natário et al., 2019). Ora é justamente esta perspetiva sustentável e integrada do TER que tem ganho peso nos últimos anos (Cawley & Gillmor, 2008;

Saxena, Clark, Oliver, & Ilbery, 2007; Saxena & Ilbery, 2010). Os contributos manifestam-se não só em termos ambientais, uma das facetas largamente enfatizadas da sustentabilidade, mas também económicos e sociais para toda a região e comunidades de inserção dos empreendimentos turísticos (Costa & Mares, 2016). Esta mesma ideia foi aliás apresentada no trabalho pioneiro de Bramwell e Lane em 1993. De acordo com estes autores, a sustentabilidade pretende reduzir as tensões entre a indústria do turismo, os visitantes, o ambiente e as comunidades anfitriãs; é uma perspetiva que envolve trabalhar para a viabilidade a longo termo e qualidade de ambos os recursos – naturais e humanos, não esquecendo os turistas (Bramwell & Lane, 1993). Neste contexto, verifica-se que também os governos e até a Comissão Europeia têm manifestado uma preocupação crescente com a sustentabilidade da atividade turística (Natário et al., 2019). Apesar da emergência de várias definições do conceito, a sua essência permanece a mesma (Lane, 2017).

Não menosprezando os empreendimentos hoteleiros, os empreendimentos de TERTH pretendem contribuir de forma mais consistente para a sustentabilidade de turismo, pela sua menor dimensão e pela potencial ligação e articulação com as próprias comunidades rurais. São formas de turismo mais consistentes com os valores naturais e culturais das sociedades rurais de acolhimento e que procuram um maior enraizamento com a vida socioeconómica local (Cavaco, 1995; Pereiro, 2018) e o respeito pelo ambiente, pela história, pela cultura e pelos valores das comunidades rurais (Lane, 1994; Pato, 2012).

Neste contexto, e sendo certo que as empresas que constroem uma vantagem competitiva introduzem inovações nos seus modelos de negócios (Bashir, Yousaf, & Verma, 2015; Teece, 2010), atualmente o setor do turismo nas áreas rurais enfrenta também o desafio de acompanhar o desenvolvimento de tecnologias para aumentar a atratividade da oferta e atender às crescentes expetativas dos clientes, sem distorcer o caráter tradicional da região.

3. Apresentação da Região em Estudo e Procedimentos Metodológicos

3.1. Apresentação da Região em Estudo

A RVDL é uma sub-região estatística portuguesa, pertencente à Região Centro (NUT II) (Figura 1). Administrativamente a região pertence ao distrito de Viseu (englobando treze concelhos – Carregal do Sal, Castro Daire, Mangualde, Nelas, Oliveira de Frades, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela) e ao distrito da Guarda (abrangendo apenas um concelho – Aguiar da Beira) (INE, 2015).

Estes concelhos posicionam-se num território de transição entre o litoral e o interior da Região Centro, apresentando características socioeconómicas que, em alguns casos, são semelhantes a áreas mais desenvolvidas e noutros apresentam características de áreas pouco desenvolvidas, sobretudo se considerarmos os concelhos mais interiores ou periféricos da região (Pato, 2019). Com efeito, apesar do concelho de Viseu apresentar um saldo populacional positivo entre os dois últimos recenseamentos (2001 e 2011), todos os restantes concelhos da RVDL apresentam uma evolução demográfica negativa para o mesmo período (INE, 2012). A população residente no concelho de Viseu, em 2018, era de 96991, sendo este o concelho com maior densidade populacional. Os concelhos com menor densidade são Aguiar da Beira e Vila Nova de Paiva com 4740 e 4723 residentes, respetivamente (INE, 2018).

Relativamente aos índices económicos, o indicador *per capita* (IpC[1]) do poder de compra evi-

[1]Refere-se ao poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita* nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional.

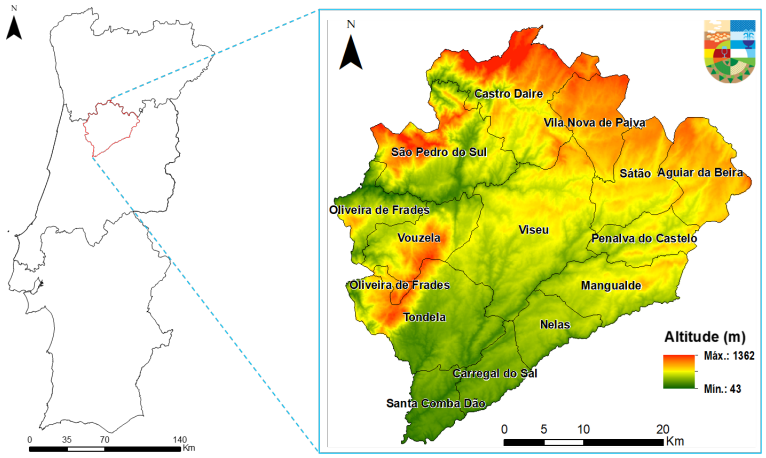

Figure 1 | Enquadramento geográfico da Região Viseu Dão-Lafões
Fonte: Elaboração própria

dencia a heterogeneidade da região e, particularmente, a demarcação do concelho de Viseu face aos restantes (INE, 2017).

Apesar deste cenário, a RVDL apresenta um património turístico que gradualmente se tem vindo a afirmar no panorama nacional. Para tal muito têm contribuído os recursos turísticos que possui, nomeadamente, riqueza paisagística e recursos termais, valores patrimoniais, culturais e históricos, aliados a uma gastronomia e vinhos de excelência.

3.2. Procedimentos Metodológicos

Tendo em vista a caracterização da oferta e procura do TERTH e dos estabelecimentos hoteleiros na RVDL, num primeiro momento, realizou-se uma análise descritiva dos indicadores de turismo de alojamento em estudo para os estabelecimentos hoteleiros e TERTH, de 2014 a 2018, tendo-se considerado os seguintes indicadores: o número de empreendimentos de hotelaria e TERTH, a capacidade de alojamento, o número de hóspedes e de dormidas, a estada média, o proveito total e a taxa líquida de ocupação-cama. A esses indicadores foi aplicada a correlação para avaliar a relação entre os dois tipos de alojamento. Para as variáveis que apresentaram uma distribuição normal (número de empreendimentos, número de dormidas e proveito total) utilizou-se o coeficiente de Pearson. Para as outras variáveis aplicou-se o coeficiente de Spearman (Marôco, 2018). Posteriormente, utilizaram-se os testes t e de Wilcoxon para amostras emparelhadas e o teste Kruskal-Wallis (α=5%) para determinar possíveis disparidades regionais, por anos e entre tipo de alojamento turístico, na perspetiva dos indicadores considerados.

Os dados alfanuméricos anuais relativos aos indicadores turísticos para os 14 concelhos da RVDL foram obtidos a partir do Instituto Nacional de Estatística (INE), para o período de 2014 a 2018, anos com mais informações referentes às variáveis em estudo (INE, 2019).

Para além dos dois tipos de empreendimentos em estudo – estabelecimentos hoteleiros e de TERTH, os valores totais apresentados incluem também o setor do alojamento local.

Paralelamente, para a delimitação administrativa da RVDL recorreu-se à Carta Administrativa Oficial de Portugal (CAOP, 2018). Os dados da altitude foram obtidos a partir da ASTER GDEM, com resolução espacial de 30m. Por seu turno, as zonas de tecido urbano foram classificadas com base na Carta de Ocupação de Solo COS2018v1.0 (DGT, 2019).

Para processamento de dados recorreu-se aos softwares IBM SPSS Statistics 26 e ArcGIS 10.8.

4. Resultados e Discussão

4.1 Enquadramento da RVDL no panorama turístico nacional

Como se pode observar pelo quadro 1, em 2018 o setor do turismo, em Portugal, registou um crescimento generalizado em quase todo os indicadores da atividade turística aqui apresentados. O mesmo aconteceu na Região Centro e na RVDL, o que de alguma forma confirma os dados do Turismo de Portugal (TP) (2017) acerca do crescimento do turismo em todas as regiões do país. Na RVDL, verificou-se uma evolução turística globalmente positiva, apesar de alguns indicadores estarem um pouco abaixo da média nacional (sendo mesmo negativa no caso da estada média, –5%).

Em termos quantitativos, e de acordo com o INE (2019), o universo de referência do estudo é composto por 131 unidades no total de alojamento turístico, sendo 53 estabelecimentos de TER e 40 de hotelaria. Destaca-se o aumento verificado no número de hóspedes e dormidas que em 2018 totalizaram 305746 hóspedes e 595299 dormidas, o que corresponde a aumentos de 12,3% e 11,9%, respetivamente (Quadro 1) no total de alojamentos turísticos. A situação descrita é também extensível ao verificado quer na hotelaria, quer no TERTH (Quadro 1).

De salientar que, comparativamente, a RVDL teve ainda o maior aumento no número de hóspedes e taxa líquida de ocupação-cama, 12,3% e 8,6%, respetivamente (Quadro 1). Estes dados evidenciam a capacidade da região para atrair turistas, visível também no aumento do número de hóspedes, dormidas e taxa líquida de ocupação-cama.

Quadro 1 | Taxa de crescimento dos indicadores de turismo em Portugal, Região Centro e RVDL (2018).

	Número de alojamentos turísticos			Capacidade de alojamento		
	Totais	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Portugal	+17,6%	+6,1%	+3,5%	+5,0%	+2,6%	+3,3%
Região Centro	+8,9%	+9,0%	+3,0%	+3,8%	+5,5%	+4,3%
Região Viseu Dão Lafões	+4,3%	+11,1%	+6,0%	+4,3%	+9,1%	+6,3%
	Número de hóspedes			Número de dormidas		
	Totais	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Portugal	+5,4%	+3,4%	+6,8%	+3,5%	+1,5%	+5,3%
Região Centro	+2,4%	+2,8%	+7,1%	+0,2%	+0,3%	+3,9%
Região Viseu Dão Lafões	+12,3%	+17,0%	+5,3%	+11,9%	+15,4%	+5,6%
	Estada Média			Proveitos totais		
	Totais	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Portugal	0,0%	0,0%	0,0%	+8,3%	+7,4%	+9,7%
Região Centro	-5,6%	-5,6%	-5,3%	+5,2%	+5,5%	+11,0%
Região Viseu Dão Lafões	-5,0%	0,0%	0,0%	+8,0%	+9,7%	+14,9%
	Taxa líquida de ocupação-cama					
	Totais	Hotelaria	TERTH			
Portugal	-2,2%	-1,9%	+2,1%			
Região Centro	-4,4%	-5,7%	-0,5%			
Região Viseu Dão Lafões	+8,6%	+9,1%	+2,7%			

Fonte: Elaboração própria

Não obstante, a este cenário de aumento de procura turística, a RVDL continua a apresentar a menor taxa de ocupação-cama, 27,7% comparativamente com a região Centro ou o resto do país, 32,8% e 47,8%, respetivamente (Quadro 2), sugerindo que, apesar do aumento da procura, a oferta continua a ser superior à procura. Situação semelhante verifica-se na hotelaria e TERTH, que apresentam uma taxa de ocupação de 30,0% e 19,2%, respetivamente, notando-se uma acentuada preferência dos turistas que visitam a região pela hotelaria. A RVDL é principalmente um destino de passagem, sendo os principais concelhos de destino Viseu, São Pedro do Sul e Nelas (Figura 2, Quadro 4).

Quadro 2 | Percentagem dos indicadores da Hotelaria e TERTH em Portugal, Região Centro e RVDL (2018)

	Número de alojamentos turísticos		Capacidade de alojamento		Taxa líquida de ocupação-cama		
	Hotelaria	TERTH	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Portugal	27,2%	21,4%	75,9%	5,7%	47,8%	51,9%	24,3%
Região Centro	32,1%	29,0%	69,1%	9,1%	32,8%	36,6%	21,4%
Região Viseu Dão Lafões	30,5%	40,5%	72,0%	13,0%	27,7%	30,0%	19,2%

Fonte: Elaboração própria

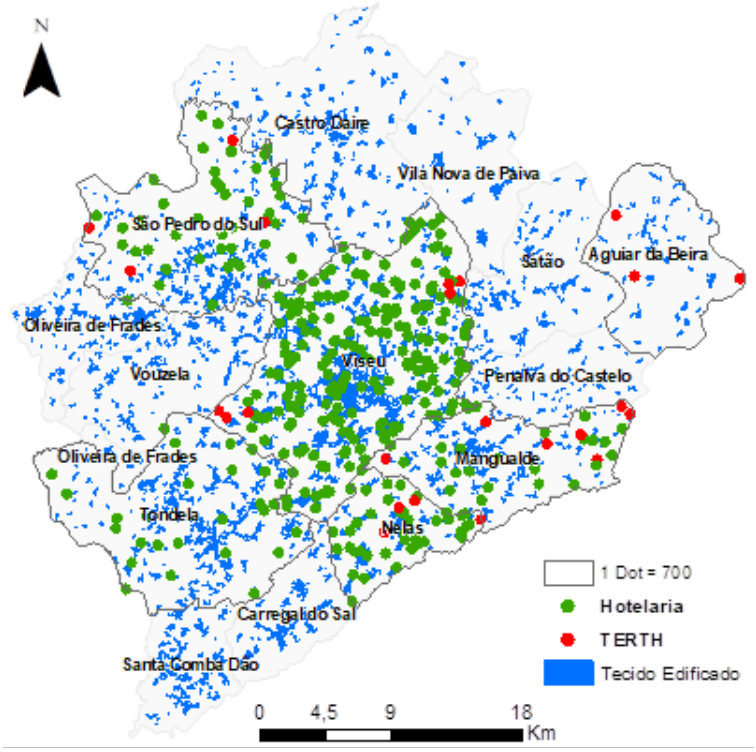

Figura 2 | Distribuição do n.º de hóspedes em 2018 por tipo de alojamento turístico (hotelaria e TERTH) e município da RVDL.
Fonte: Elaboração própria

4.2 Evolução da Oferta e da Procura na RVDL (2014-2018)

A RVDL apresentou, ao longo dos cinco anos em estudo, em média, 7,86 estabelecimentos de alojamento turístico por município, com uma capacidade média de 560,10 camas, média de 47149,04 dormidas, 2,08 noites de estada média e uma taxa líquida média de ocupação-cama de 21,02%.

Quanto aos estabelecimentos de hotelaria, no mesmo período, apresentaram, em média, 3,87 estabelecimentos, com uma capacidade média de 797,61 camas, média de 78161,04 dormidas, 2,25 noites de estada média e uma taxa líquida média de ocupação-cama de 26,12%. Já os estabelecimentos de TERTH, no período analisado, apresentaram, em média, 3,56 estabelecimentos, com capacidade média de 103,94 camas, média de 5729,17 dormidas, 2,12 noites de estada média e uma taxa líquida média de ocupação-cama de 18,48%. Não obstante, as características de ruralidade da região e dos esforços para diversificar o turismo nacional, os dados revelam a supremacia dos estabelecimentos hoteleiros em relação ao TERTH na RVDL.

Na RVDL a evolução turística foi globalmente positiva para os cinco anos em análise. De 2014 a 2018, a capacidade de alojamento na região apresentou um aumento progressivo de 16,4% (de 5430

camas em 2014 para 6322 camas em 2018). No entanto, na hotelaria esse aumento foi de 9,5%, ao passo que no TERTH foi de 16,5%, sendo as diferenças significativas (p=0,001) para a capacidade de alojamento entre a hotelaria e o TERTH. Também o número de hóspedes e de dormidas e o proveito total apresentaram um aumento significativo (66,3%, 45,3% e 61,2%, respetivamente). Já a taxa líquida de ocupação-cama teve um aumento de 25,9% e a estada média apresentou um decréscimo de 13,9%, de 2,2 noites em 2014 para 1,9 noites em 2018. Estes dados parecem corroborar o já sugerido anteriormente, nomeadamente a incapacidade da região em manter/reter turistas durante um longo período de tempo.

Pela comparação entre as séries temporais, 2014 a 2018, relacionadas com os indicadores de turismo em estudo para hotelaria e para TERTH, constata-se que o comportamento de todos os indicadores de turismo em estudo é muito semelhante ao longo dos cinco anos, não existindo diferenças significativas entre o alojamento em estabelecimentos de hotelaria e de TERTH (Quadro 3). Porém, se se fizer uma comparação entre os indicadores nos dois segmentos, hotelaria vs TERTH, verifica-se a existência de diferenças significativas para quase todos os indicadores, exceto para o número de estabelecimentos e a estada média (Quadro 3).

Quadro 3 | Comparação dos indicadores turísticos em estudo nos estabelecimentos de Hotelaria e de TERTH da RVDL de 2014 a 2018 (teste de Kruskal-Wallis, testes de Wilcoxon e t-Student para amostras emparelhadas)

Tipo de alojamento turístico	Número de estabelec.		Capacidade alojamento		Número de hóspedes		Número de dormidas		Estada média		Proveito total		Taxa líquida ocupação-cama	
	(N)	*p-value*	*(N)*	*p-value*	*(N)*	*p-value*	*(N)*	*p-value*	*(N)*	*p-value*	*(N)*	*p-value*	*(N)*	*p-value*
Hotelaria	(45)	0,975	(23)	0,723	(23)	0,828	(23)	0,892	(23)	0,954	(7)	1,000	(23)	0,133
TERTH	(59)	0,131	(18)	0,910	(18)	0,224	(18)	0,499	(18)	0,900	(6)	0,770	(18)	0,419
Hotelaria vs TERTH														
p-value	0,571		0,001**		0,001**		0,001**		0,059		0,046*[a)]		0,011*	
Correlação	0,653**[a)]		0,522**[b)]		0,221[b)]		−0,236[b)]		0,923**[b)]		0,639[a)]		−0,213[b)]	

** p<0,01; * p<0,05; [a)] coeficiente de Pearson; [b)] coeficiente de Spearman.

Fonte: Elaboração própria

Observando as correlações apresentadas no Quadro 3, verifica-se que a taxa líquida de ocupação-cama possui o menor coeficiente de correlação, em módulo, mostrando existir uma correlação negativa bastante fraca entre a taxa líquida de ocupação-cama da Hotelaria e do TERTH não significativa. No sentido oposto, existe uma correlação significativa e muito forte entre a estada média da Hotelaria e do TERTH, sugerindo que na RVDL existe principalmente um turismo de passagem e que os turistas procuram a região em períodos temporais, podendo estes estar associados a determinados eventos ou atividades turísticas promovidas pelos respetivos municípios.

4.3 Oferta e Procura turística na RVDL

Centrando a análise na distribuição do número de estabelecimentos entre municípios verifica-se existir diferenças significativas nas duas categorias de alojamentos (Figura 2) (p<0,001). Na RVDL, há dois municípios que evidenciam uma oferta de alojamentos turísticos bastante acima da média: Viseu e São Pedro do Sul. Em 2018, 45,8% dos estabelecimentos de alojamento turístico estavam localizados nesses dois municípios, representando 55% do alojamento de hotelaria e 35,8% do TERTH da região. Porém, existem outros municípios que também são importantes na oferta de alojamento turístico para a RVDL, nomeadamente Nelas, Mangualde e concretamente no TERTH, Vouzela (Figura 3).

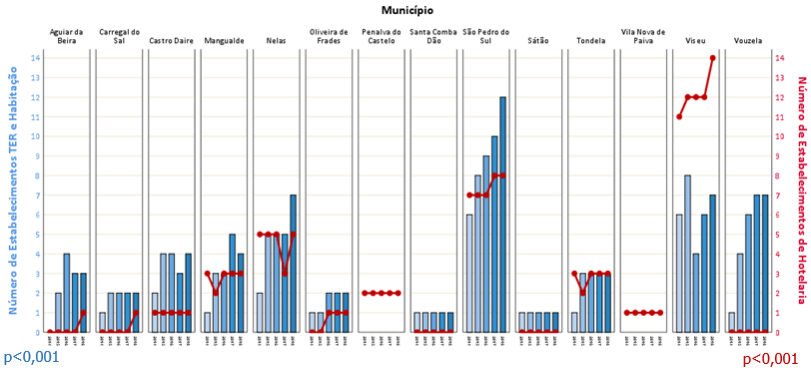

Figura 3 | Número de estabelecimentos de Hotelaria e de TERTH por município da RVDL de 2014 a 2018 e teste de Kruskal-Wallis para comparação do número de estabelecimentos segundo os municípios
Fonte: Elaboração própria

Ao considerar os dados da oferta e procura para os municípios onde existem dados disponíveis, verifica-se existirem diferenças significativas para a capacidade de alojamento, número de hóspedes, dormidas e estada média entre os municípios no que diz respeito à hotelaria. Já para o TERTH só existem diferenças significativas entre os municípios para a estada média (Quadro 4).

Quadro 4 | Estatística descritiva dos indicadores turísticos em estudo de estabelecimentos de Hotelaria e de TERTH por município da RVDL de 2014 a 2018 e teste de Kruskal-Wallis para comparação dos indicadores segundo os municípios

	Capacidade de alojamento				Número de hóspedes				Número de dormidas				Estada média				Proveito total (mil €)				taxa de ocupação-cama (%)			
	Hotelaria		TERTH		Hotelaria		TERTH		Hotelaria		TERTH		Hotelari		TERTH		Hotelaria		TERTH		Hotelari		TERTH	
	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Média	N	Médi	N	Médi	N	Média	N	Média	N	Médi	N	Médi
Aguiar da Beira	-		1	58,0	-		1	2336,0	-		1	5106,0	-		1	2,20	-		1	624,0	-		1	24,9
Mangualde	4	262,8	3	74,3	4	16115,3	3	3310,7	4	27153,5	3	5927,0	4	1,68	3	1,80	1	732,0	1	254,0	4	23,4	3	24,3
Nelas	5	570,6	2	92,0	5	22205,8	2	2795,0	5	49824,8	2	5456,0	5	2,26	2	1,95	1	2333,0	1	210,0	5	24,2	2	17,4
São Pedro do Sul	5	1202,6	5	126,8	5	28796,4	5	2229,8	5	108554,6	5	6660,8	5	3,78	5	3,00	1	4407,0	1	360,0	5	25,8	5	19,2
Tondela	4	325,5	-		4	16584,8	-		4	30197,0	-		4	1,83	-		2	1285,0	-		4	27,4	-	
Viseu	5	1425,2	5	115,4	5	102127,2	5	3134,6	5	155281,0	5	4606,2	5	1,52	5	1,52	2	8836,5	2	321,5	5	29,5	5	12,7
Vouzela	-		2	97,5	-		2	3212,5	-		2	6495,5	-		2	2,00	-		-		-		2	20,4
p-value	<0,001**		0,085		<0,001**		0,463		<0,001**		0,279		<0,001*		0,009**		0,216		0,302		0,263		0,071	

Nota: ** p<0,01; – dados não disponíveis.

Fonte: Elaboração própria

Os alojamentos de hotelaria apresentaram, em 2018, uma capacidade média de 113,8 camas, tendo de 2014 a 2018, em média, 12010,7 dormidas com estada média de 1,9 noites. Já os alojamentos TERTH, no mesmo período, indicavam uma capacidade média de 15,5 camas, com 904,5 média de dormidas e 2 noites de estada média. O número de hóspedes, em 2018, também aumentou, totalizou 305746, correspondendo 83,8% aos estabelecimentos de hotelaria e 7,8% ao TERTH. Estes resultados mostram bem que as unidades TERTH não são só mais pequenas, mas continuam a ser menos atrativas em relação à hotelaria. Destacam-se o concelho de Viseu com 60,1% dos hóspedes de hotelaria e 23,3% do TERTH, o de Mangualde com 28,8% do TERTH e o de São Pedro do Sul com os turistas a ficarem, em média, 3,8 noites, sendo a estada média de 3,5 noites em hotelaria e 3 em TERTH. Esta assimetria pode estar associada ao facto de uma boa parte dos recursos turísticos (especificamente, património edificado no concelho de Viseu e termas no concelho de S. Pedro do Sul) estarem localizados nos concelhos referidos. A taxa líquida de ocupação-cama ascendeu a 27,7% em 2018 e os proveitos totais do setor de alojamento turístico, nesse ano, ascen-

deram a 26,257 milhões de euros (+8% do que em 2017), dos quais, aproximadamente 9% são receita gerada pelo TERTH, indicando potencialidades para poderem constituir-se como uma atividade turística sustentável na RVDL. Mais do que em outras formas de turismo, tal como sugerido por Fons et al. (2011), a sua reduzida dimensão e características de personalização do serviço facilitam que haja por parte dos visitantes a utilização dos recursos ambientais de forma mais apropriada, um respeito pelos valores socioculturais da sociedade rural regional e uma melhor distribuição dos rendimentos gerados pela atividade turística.

4.4 Estudo comparativo em quatro concelhos da RVDL – Mangualde, Nelas, S. Pedro do Sul e Viseu (2017-2018)

Relativamente aos estabelecimentos de hotelaria e de TERTH, só os municípios de São Pedro do Sul e Viseu disponibilizaram dados para todos os anos e indicadores em estudo. No entanto, considerando os últimos anos em estudo, 2017 e 2018, também estão disponíveis dados, relativamente a todos os indicadores em estudo, para os municípios de Mangualde e Nelas.

Nesse sentido, fez-se um estudo comparativo entre estes quatro concelhos para todos os indicadores nos anos 2017 e 2018 (Figura 4).

Os resultados sugerem que o concelho de Mangualde cresceu em todos os indicadores, exceto na capacidade de alojamento, no qual se verificou um decréscimo de 18,3% (Quadro 5). Na hotelaria, não se verificaram grandes alterações, com exceção da taxa líquida de ocupação-cama, apesar das dúvidas relativamente ao valor atribuído ao ano de 2017, 3,3% (Figura 4). Já no TERTH verificou-se um decréscimo na capacidade de alojamento e estada média, 23,1% e 10,5%, respetivamente, mas com grandes aumentos no número de hóspedes (43%), número de dormidas (32,5%) e taxa líquida de ocupação-cama (37%) (Figura 4 e Quadro 5).

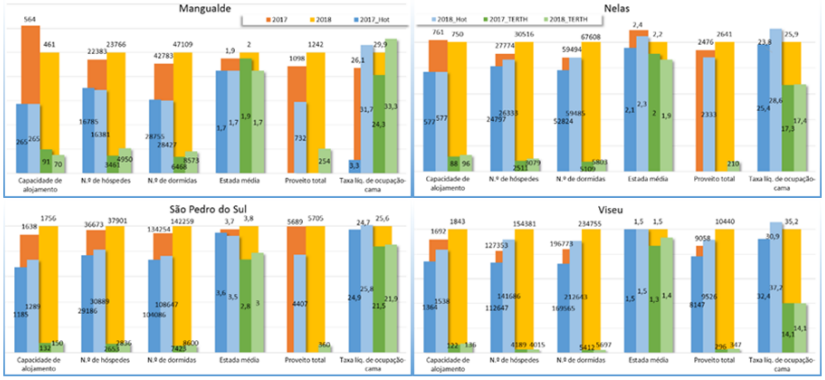

Figura 4 | Estudo comparativo para todos os indicadores segundo os anos 2017 e 2018, a Hotelaria e TERTH para os municípios de Mangualde, Nelas, São Pedro do Sul e Viseu
Fonte: Elaboração própria

O concelho de Nelas apresenta crescimento em quase todos os indicadores, exceto capacidade de alojamento e estada média (Figura 4). Na hotelaria, verificaram-se aumentos generalizados, com destaque para o número de dormidas e taxa líquida de ocupação-cama (12,6%, cada). Relativamente ao TERTH verificou-se aumento do número de hóspedes e dormidas, 22,6% e 13,6%, respetivamente, com ligeiro decréscimo na estada média para 1,9 noites (Figura 4 e Quadro 5).

Para o concelho de São Pedro do Sul verificaram-se aumentos em todos os indicadores

(Figura 4) que, em geral, se mantêm na hotelaria e TERTH, apesar de existir um ligeiro decréscimo na estada média na hotelaria (2,8%). No TERTH destacam-se o aumento do número de dormidas (15,9%) e da estada média para 3 noites em 2018 (Figura 4 e Quadro 5).

Como se pode observar na figura 4, no concelho de Viseu verificaram-se também aumentos em todos os indicadores em estudo, exceto na estada média que manteve 1,5 noites, resultados que se mantêm na hotelaria, com destaque para o aumento no número de hóspedes e de dormidas, 25,8% e 25,4%, respetivamente (Quadro 5). Já no TERTH verificou-se um decréscimo no número de hóspedes (4,2%), mas com aumento na estada média (7,7%) (Quadro 5).

Quadro 5 | Taxa de crescimento dos municípios de Mangualde, Nelas, São Pedro do Sul e Viseu para os indicadores de turismo de 2017 a 2018

	Capacidade de alojamento			Número de hóspedes		
	Totais	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Mangualde	-18,3%	0,0%	-23,1%	+6,2%	-2,4%	+43,0%
Nelas	-1,4%	0,0%	+9,1%	+9,9%	+6,2%	+22,6%
São Pedro do Sul	+7,2%	+8,8%	+13,6%	+3,3%	+5,8%	+6,9%
Viseu	+8,9%	+12,8%	+11,5%	+21,2%	+25,8%	-4,2%
	Número de dormidas			Estada Média		
	Totais	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Mangualde	+10,1%	-1,1%	+32,5%	+5,3%	0,0%	-10,5%
Nelas	+13,6%	+12,6%	+13,6%	-8,3%	+9,5%	+5,0%
São Pedro do Sul	+6,0%	+4,4%	+15,9%	+2,7%	-2,8%	+7,1%
Viseu	+19,3%	+25,4%	+5,3%	0,0%	0,0%	+7,7%
	Proveitos totais			Taxa líquida de ocupação-cama		
	Totais	Hotelaria	TERTH	Totais	Hotelaria	TERTH
Mangualde	+13,1%			+14,6%	---	+37,0%
Nelas	+6,7%			+8,8%	+12,6%	+0,6%
São Pedro do Sul	+0,3%			+3,6%	+3,6%	+1,9%
Viseu	+15,3%	+16,9%	+17,2%	+13,9%	+14,8%	0,0%

Fonte: Elaboração própria

5. Conclusão

O presente estudo permite concluir que a atividade turística aumentou significativamente na RVDL, notando-se, no entanto, diferenças claras entre os municípios e o tipo de alojamento. Os concelhos de Viseu e São Pedro do Sul sobressaem pela capacidade de alojamento, número de hóspedes e de dormidas, principalmente na modalidade de hotel e São Pedro do Sul também pela estada média de 3 a 4 noites. Por seu turno, as unidades de TERTH encontram-se dispersas por toda a região, integradas quer nas zonas urbanas, quer em meios rurais, destacando-se o número de visitantes que optam por este tipo de alojamento nos concelhos de Mangualde, Vouzela e São Pedro do Sul. No entanto, o potencial existente na região a nível do TERTH não está a ser totalmente aproveitado. Se por um lado a procura aumentou, continuam a registar-se, em geral, taxas de ocupação-cama reduzidas, inferiores às registadas na Região Centro e no país.

Sendo o TERTH considerado um turismo mais sustentável que contribui para a melhoria do bem-estar económico e social das populações locais, importa melhorar a sua competitividade, associando-lhe recursos públicos e estimulando a procura e a estada média através da articulação do alojamento com atividades locais, nomeadamente de animação e diversão turística, agrícolas, gastronómicas, artesanais e ofícios tradicionais e comércio local. Além disso, é imprescindível articular as atividades oferecidas com a própria população local, fundamental no processo de desenvolvimento turístico, sobretudo das regiões interiores (Pato, 2016). Tal como argumentado por Fons et al. (2011) a propósito do turismo rural numa região interior, só assim julgamos que os empreendimentos de TERTH,

por natureza com uma dimensão inferior aos de hotelaria tradicional podem vir a ter um peso mais significativo na preservação e reforço dos valores socioeconómicos locais e na distribuição do rendimento de forma mais equitativa pelas comunidades rurais.

Apesar dos desafios que o turismo rural enfrenta, a introdução de novas tecnologias é fundamental para o sucesso destes negócios, promovendo e tornando a oferta turística mais interessante, atraente e abrangente, adequando a sua implementação à construção de produtos turísticos inovadores baseados nas tradições e recursos naturais locais. Para a incorporação destas tecnologias emergentes é essencial o conhecimento das soluções, recursos financeiros, infraestruturas e políticas de suporte e orientação (Dredge, Phi, Mahadevan, Meehan, & Popescu, 2018). Ademais, de forma a garantir o sucesso e reduzir o risco de falha é recomendável estabelecer parcerias com entidades especializadas. Além disso, deve ser feito um planeamento estratégico da região, tanto para o concelho de Viseu, como os concelhos mais periféricos, promover toda a região local, nacional e internacionalmente, enfatizando os recursos turísticos de base rural e o alojamento de base rural.

Este estudo tem naturalmente limitações. Uma das quais prende-se com a ausência de dados por parte do INE, impedindo a realização de um estudo mais completo. Em termos de pesquisa futura seria interessante observar as razões que estão na base da reduzida procura do TERTH em relação à hotelaria.

Referências

ASTER GDEM Validation Team (2011). ASTER Global Digital Elevation Model Version 2 – Summary of Validation Results. *METI&NASA, 26*

Bashir, M., Yousaf, A., & Verma, R. (2015). Business Model Innovation as a Source of Value Creation: A Case Study of Connect Broadband Ltd. *Case center UK*, case 315-198-1.

Bramwell, B., & Lane, B. (1993). Sustainable Tourism: An Evolving Global Approach. *Journal of Sustainable Tourism, 1*(1), 1-5.

CAOP – Carta Administrativa Oficial de Portugal (2018). DGT – Direção Geral do Território. Disponível em `https://www.dgterritorio.gov.pt/sites/default/files/ficheiros-cartografia/Cont_AAD_CAOP2018.zip`

Cavaco, C. (1995). Turismo Rural e Desenvolvimento local. In C. Cavaco (Ed.), *As regiões de fronteira, Estudos para o desenvolvimento rural e Urbano* (pp. 351-408). Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

Cawley, M., & Gillmor, D. A. (2008). Integrated rural tourism: Concepts and Practice. *Annals of Tourism Research, 35*(2), 316-337.

Cornell, D. A. V., Tugade, L. O., & De Sagun, R. (2019). Tourism Quality of Life (TQOL) and local residents' attitudes towards tourism development in Sagada, Philippines. *Revista Turismo & Desenvolvimento, 31*, 9-34. doi: https://doi.org/10.34624/rtd.v0i31.8079.

COS2018v1.0 – Carta de Uso e Ocupação do Solo de Portugal Continental para 2015 (2019). Disponível em `http://mapas.dgterritorio.pt/DGT-ATOM-download/COS_Final/COS2018_v1/COS2018_v1.zip`

Costa, M. T. & Mares, P. M. L. (2016). O Contributo do turismo rural para o desenvolvimento sustentável da península de Setúbal: a perceção da população residente. *Revista Turismo e Desenvolvimento, 25*, 103-115: doi: https://doi.org/10.34624/rtd.v0i25.10871

Cunha, L. (2006). *Economia e Política do Turismo*. Lisboa: Editoral Verbo.

Daniel, A. D., Costa, R. A., Pita, M., & Costa, C. (2017). Tourism Education: What about entrepreneurial skills? *Journal of Hospitality and Tourism Management, 30*, 65-72. doi:https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2017.01.002

DGADR. (sd). Fator de desenvolvimento rural. Disponível em `https://www.dgadr.gov.pt/diversificacao/turismo-rural/fator-de-desenvolvimento-rural`

DGT – Direção Geral do Território (2019). Especificações Técnicas da Carta de Uso e Ocupação do Solo (COS) de Portugal Continental para 2018. Disponível em `http://mapas.dgterritorio.pt/atom-dgt/pdf-cous/COS2018/ET-COS-2018_v1.pdf`

DL n.º 256/86 de 27 agosto.

DL nº. 39/2008 de 7 de março.

Dinis, I., Simões, O., Cruz, C., & Teodoro, A. (2019). Understanding the impact of intentions in the adoption of local development practices by rural tourism hosts in Portugal. *Journal of Rural Studies, 72*, 92-103.

Dredge, D., Phi, G., Mahadevan, R., Meehan, E., & Popescu, E. S. (2018). *Digitalisation in Tourism: In-depth analysis of challenges and opportunities. Low Value procedure GRO-SME-17-C-091-A for Executive Agency for Small and Medium-sized Enterprises (EASME) Virtual Tourism Observatory*. Copenhagen: Aalborg University.

European Commission. (2018). European Commission supports call for a smarter future for rural areas. Retrieved from `https://ec.europa.eu/info/news/european-commission-supports-call-smarter-\future-rural-areas-2018-apr-13_en`

Eusébio, C., Carneiro, M. J., Kastenholz, E., Figueiredo, E., & Soares da Silva, D. (2017). Who is consuming the countryside? An activity-based segmentation analysis of the domestic rural tourism market in Portugal. *Journal of Hospitality and Tourism Management, 31*, 197-210. doi:https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2016.12.006

Figueiredo, E., Kastenholz, E., & Lima, J. (2013). Recreating rurality e visions of hosts and guests in two Portuguese villages. In E. Figueiredo & A. Raschi (Eds.), *Fertile Links? Connections between tourism activities, socioeconomic contexts and local development in European Rural Areas* (pp. 43-70). Florence: Florence University Press.

Fons, M. V. S., Fierro, J. A. M., & Patinõ, M. G. Y (2011). Rural tourism: A sustainable alternative. *Applied Energy, 88*(2), 551-557.

INE. (2012). *Censos 2011 Resultados definitivos - Região Centro*. Lisboa: INE.

INE. (2015). *As novas unidades territoriais pra fins estatísticos*. Lisboa: INE.

INE. (2017). *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio 2015*. Lisboa: INE.

INE (2018). *População residente por Local de residência (NUTS – 2013). Região Viseu Dão Lafões*. Lisboa: INE.

INE (2019). *Indicadores turísticos por localização geográfica (NUTS – 2013), tipo de estabelecimento de alojamento turístico de 2014 a 2018. Região Viseu Dão Lafões*. Lisboa: INE.

INE. (2019). *Estatísticas do Turismo 2018*. Lisboa: INE.

Kastenholz, E., Eusébio, C., & Carneiro, M. J. (2018). Segmenting the rural tourist market by sustainable travel behaviour: Insights from village visitors in Portugal. *Journal of Destination Marketing & Management, 10*, 132-142.

Lane, B. (2017). Sustainable tourism: its evolution and its future,. Cuadernos Económicos de Información Comercial Española, 93, 9-28.

Lane, B. (1994). What is rural tourism? *Journal of Sustainable Tourism, 2*(1&2), 7-21.

Marôco, J. (2018). *Análise Estatistica com o SPSS Statistics 7 ed.* Lisboa: Report Number.

Middleton, V., & Clarke, J. (2001). *Marketing in Travel and Tourism 3th edition*. Oxford: Butterworth-Heinemann.

Natário, M., Melo, A. I., Biscaia, R., Rocha, P., Santos, C., Ferreira, A., ... Marques, R. (2019). O Impacto do turismo das aldeias históricas de Portugal: Um Quadra de Análise. *Finisterra, LIV*(111), 21-36.

Pato, L. (2012). *Dinâmicas do turismo rural - impactos em termos de desenvolvimento rural.* (PhD thesis), Universidade de Aveiro, Aveiro.

Pato, L. (2015a). A Construção e Desenvolvimento do Turismo no Espaço Rural em Portugal: o papel da administração central nos seus conteúdos. *Revista Turismo Em Análise, 26*(4), 919-932.

Pato, L. (2015b). Desenvolvimento rural e turismo: do tradicional às ofertas inovadoras e sustentáveis. Paper presented at the *VI Congresso de Estudos Rurais*, Lisboa.

Pato, L. (2016). Residents' Perceptions, Attitudes and Support towards Rural Tourism. In E. Kastenholz, M. J. Carneiro, C. Eusébio, & E. Figueiredo (Eds.), *Meeting Challenges for rural tourism through Co-Creation of Sustainable Tourist Experiences* (pp. 263-286): Cambridge Scholars Publishing

Pato, L. (2019). Comunicação em turismo rural e línguas estrangeiras entre o desejado e a realidade. *Millenium journal of Education, Technologies, and Health, 2(ed espec nº 4)*, 11-19. , 2(ed espec nº 4).

Pereiro, X. (2018). Abordagem exploratória do turismo rural de Trás-os-Montes e Alto Douro (Portugal). *Análise Social, 1*(226), 58-87.

Ramos, D., Costa, C., & Teles, F. (2018). Fatores de competitividade das áreas rurais adjacentes às zonas costeiras. *Revista Turismo & Desenvolvimento, 30*, 9-21. https://doi.org/10.34624/rtd.v0i30.1732

Ribeiro, M. (2003). Espaços rurais como espaços turísticos. In J. Portela & J. C. Caldas (Eds.), *Portugal Chão* (pp. 199-215). Oeiras: Celta Editora.

Ribeiro, M., & Marques, C. (2002). Rural Tourism and the Development of Less Favoured Areas - between Rhetoric and Practise. *International Journal of Tourism Research*, *4*(3), 211-220.

Saxena, G., Clark, G., Oliver, T., & Ilbery, B. (2007). Conceptualizing Integrated Rural Tourism. *Tourism Geographies*, *9*(4), 347-370.

Saxena, G., & Ilbery, B. (2008). Integrated rural tourism a border case study. *Annals of Tourism Research*, *35*(1), 233-254.

Saxena, G., & Ilbery, B. (2010). Developing integrated rural tourism: Actor practices in the English/Welsh border. *Journal of Rural Studies*, *26*(3), 260-271.

Sharpley, R., & Vass, A. (2006). Tourism, farming and diversification: An attitudinal study. *Tourism Management*, *27*(5), 1040-1052.

Su, B. (2013). Developing Rural Tourism: The PAT Program and 'Nong jia le' Tourism in China. *International Journal of Tourism Research*, *15*(6), 611-619. doi:10.1002/jtr.1903

Teece, D. J. (2010). Business Models, Business Strategy and Innovation. *Long Range Planning*, *43*(2-3), 172-194.

TP. (2017). *Estratégia Turismo 2027*. Lisboa: TP.

Weaver, D. B., & Jin, X. (2016). Compassion as a neglected motivator for sustainable tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, *24*(5), 657-672.